

BRASIL, ARGENTINA E A QUESTÃO CUBANA (1959-1964): QUANDO A INDEPENDÊNCIA FAZ A UNIÃO

BRASIL, ARGENTINA AND THE CUBAN QUESTION (1959-1964): WHEN THE INDEPENDENCE CLAIMS THE UNION

LEONARDO DA ROCHA BOTEGA¹

Recebido em: 17/06/2009
Aprovado em: 29/03/2011

RESUMO

O momento histórico em que Brasil e Argentina vivenciaram, ao mesmo tempo, a experiência das políticas externas independentes dos governos do presidente argentino Arturo Frondizi (1958-1962) e dos presidentes brasileiros Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964) constituiu-se de um momento único nas relações internacionais entre esses dois países. Naquela conjuntura, foram pontos comuns o princípio de autodeterminação dos povos e de não-intervenção, o desenvolvimentismo, a universalização das relações comerciais, a crítica à deterioração dos termos de troca, o desejo de industrialização e a busca da integração latino-americana. Assim, as políticas externas independentes constituíram o principal pilar de aproximação entre Brasil e Argentina, e as suas políticas externas independentes tiveram como teste fundamental a Questão Cubana. Em contraposição a ela, os governos dos Estados Unidos, tanto na presidência de Dwight Eisenhower como, posteriormente, na de John Kennedy, procuraram inserir essa política nos marcos do sistema interamericano, definindo-a em oposição a ele. A partir desta definição, passaram a impor sanções ou até mesmo intervir militarmente na ilha caribenha. **Palavras-chave:** Governo Arturo Frondizi; Governo Jânio Quadros; Governo João Goulart.

ABSTRACT

*The historical moment in which Brazil and Argentina passed through, at the same time, the experience of independent external politics of the Argentine President Arturo Frondizi (1958-1962), and the Brazilian Presidents, Jânio Quadros and João Goulart (1961-1964), has established a decisive time for the international relations between these countries. Through the circumstances of that time, common points were the principle of auto-determination of the peoples and non-interference, the national developmentism, the international trade relations, the discussion about the exchange rate growing worse, the hankering for industrialization, and the being sought after Latin America integration. So, the independent external politics stood as the main base for getting both of these countries nearer. Such unit and its independent external politics of both Brazil and Argentina had undergone an ultimate test, the Cuban Question. Acting against to it, the United States government, as the president Dwight Eisenhower as the president John Kennedy later, sought how to put it into the Inter-American system boundary lines, defining it as opposed to this. From this definition, they got to impose sanction or even to militarily intervene on the Caribbean island. **Keywords:** Arturo Frondizi Government; Jânio Quadros Government; João Goulart Government.*

¹ Professor do Colégio Agrícola de Frederico Westphalen/ Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Integração Latino-Americana pela UFSM.
E-mail: leobotega@brturbo.com.br

1 Introdução

A produção de uma pesquisa da história das relações internacionais latino-americanas deve partir sempre dos limites e das possibilidades históricas dessa integração. A partir do “sentido da história” é que se definiu o tema deste trabalho. Enquanto a maioria dos trabalhos historiográficos situados no campo da história das relações internacionais de Brasil e Argentina se prende em análises que visam buscar as raízes da rivalidade entre os dois países ou optam pelos momentos mais tensos desta rivalidade, aqui se busca o oposto.

Tem-se como temática as políticas externas independentes adotadas, simultaneamente, pelo governo do presidente Arturo Frondizi, na Argentina, e pelos governos dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart, no Brasil, mais especificamente na atuação dessas políticas em relação à questão cubana, entre os anos 1959 e 1964.

Apesar da convivência temporal entre os três governos, há certa disparidade em suas datações específicas. O governo Frondizi, na Argentina, durou de 1958 a 1962. Já os governos de Jânio Quadros e João Goulart tiveram duração, respectivamente, de 1961 a 1964, sendo que o primeiro durou apenas sete meses. Dessa forma, por tratar-se de uma pesquisa focada nas políticas externas independentes adotadas por estes governos, optou-se pela delimitação temporal de 1959 a 1964. Ou seja, da tomada do poder pelos revolucionários em Cuba até o abandono da política externa independente pelo governo brasileiro, com o Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964.

Essa delimitação temporal permite que se possa verificar desde a elaboração inicial das políticas externas independentes de Brasil e Argentina até a última ruptura desse posicionamento internacional pelos dois países e o retorno ao distanciamento e à rivalidade. Será possível, assim, responder, de maneira consistente, o problema que norteia este artigo, que consiste em verificar como a política externa independente do governo Frondizi, na Argentina, e a polí-

tica externa independente dos governos Jânio Quadros e João Goulart, no Brasil, se posicionaram diante da questão cubana.

2 O Método comparativo e a história das relações internacionais

Para fins de verificação do problema deste artigo, é fundamental observar que este trabalho situa-se na intersecção da história das relações internacionais latino-americanas com a história política. Porém, a história política é entendida aqui diferente de sua acepção tradicional, pautada pelo nacionalismo das historiografias *positivista* e *historicista*, buscando uma história política que, conforme René Rémond, não se feche em si mesma nem se distancie da realidade da disciplina histórica e de seu constante movimento.² Para tanto, é necessário buscar os instrumentos conceituais no próprio processo de renovação da história política, para evitar, ao máximo possível, os percalços da própria pesquisa histórica.

Conforme Falcon (1997, p. 62), a história política nasceu com a concepção de história criada pelos gregos. Porém, somente mais tarde é que acabará “identificada como um tipo de história: a história política tradicional”. Esta identificação é iniciada no processo da Revolução Francesa, quando os historiadores pretendiam colocar-se contra uma história dos reis e da nobreza, construindo uma história verdadeiramente nacional, destinada a formar patriotas.³

Porém, é no século XIX, com a definição da ciência histórica, que se terá o auge da história política tradicional. Foi no contexto de afirmação da nova ordem burguesa que surgiram as correntes historiográficas definidoras da história política tradicional, sobretudo o *positivismo* de Auguste Comte, na França, e o *historicismo* de Leopold von Ranke, na Alemanha. Para esses historiadores, a história seria um meio eficaz de “assegurar-se a difusão dos valores e idéias da

² Ver introdução e capítulo 1 de Rémond (2003).

³ Ver Fontana (1998).

nova sociedade” (FONTANA, 1998, p. 118). Assim,

Prisioneira da visão centralizadora e institucionalizada do poder, a história política tradicional foi definindo progressivamente temas, objetos, princípios e métodos. Ligada intimamente ao *poder* essa história pretendeu ser também *memória*. Coube-lhe então, durante séculos, lembrar e ensinar pelos exemplos reais e ilustres de que era a única depositária. Esta história *magistra vitae* pôde então servir com equanimidade aos políticos, filósofos, juristas e pedagogos. (FALCON, 1997, p. 62).

Essa função foi ainda mais acentuada a partir da ascensão do nacionalismo, quando a rivalidade entre as potências passava também pela competição no plano da organização de arquivos, fazendo com que a consolidação da história, como disciplina, fosse associada ao nacionalismo nas suas mais variadas manifestações. Na Alemanha, esse processo foi concomitante à Unificação:

Ao movimento político militar que culminou com a unificação alemã (1871) corresponde, com anterioridade, um movimento intelectual intensificado sobretudo após as guerras napoleônicas que, de certa forma, procurava justificação histórica para amparar as pretensões políticas daqueles que aspiravam a unificação alemã sob hegemonia prussiana. Da mesma forma que o movimento romântico incentivava o interesse pelo folclore e literatura alemã, passou a existir uma preocupação deliberada de buscar e explicitar as raízes da ‘nação alemã’ na história medieval. (SILVA, 2001, p.55).

Essa unidade entre a história política tradicional e o nacionalismo entra em crise no período posterior à Primeira Guerra Mundial, quando “a vontade deliberadamente pacifista” incitou “à superação do relato da história puramente nacionalista, chauvinista” (DOSSE, 1992, p. 23).

Nesse contexto, surge a Escola dos Annales, de Marc Bloch e Lucien Febvre,

que, na busca de uma abordagem nova e interdisciplinar da história, condenava a história política tradicional, caracterizando-a como elitista, biográfica, idealista e parcial. A partir desta sentença, “o jogo político, a vida parlamentar, os postos políticos são postos de lado” e o campo político, abandonado completamente, “se torna supérfluo, anexo, ponto morto no horizonte” (DOSSE, 1992, p. 25). Dessa forma, pode-se entender que, a partir dos anos 1929-1930, a história política tradicional inicia o seu declínio, que culminará, no período de 1945 a 1968-1970, com a sua “crise final”.

Porém, no período posterior à “crise final da história política tradicional”, iniciou-se a progressiva constituição da “nova história política”. Este fenômeno esteve ligado a dois fatores. Primeiramente, o fato de a quarta geração dos Annales ter ido “buscar fora da historiografia os modelos e a sustentação teórica para repensar as relações Estado-sociedade impostos pelo seu interesse em renovar o estudo político” (FALCON, 1997, p. 75). Isso os levou ao encontro com o weberianismo, com o estruturalismo e à descoberta dos estudos de Michel Foucault, permitindo a abertura para novas e variadas concepções a respeito de temas pouco frequentados pela historiografia: os poderes, os saberes enquanto poderes, as instituições supostamente não políticas e as práticas discursivas.

Um segundo fator que veio em auxílio dessa renovação da história política diz respeito à difusão de novas correntes marxistas. Estas, em graus e segundo visões diferentes, travaram discussões que “lançaram luzes novas sobre o político, o Estado, suas relações com a sociedade civil” e deflagraram a “investigação histórica à questão muito mais ampla do poder, e daí à das suas formas de dominação” (FALCON, 1997, p. 76). Nesse caso, foram de fundamental importância alguns conceitos althusserianos - autonomia relativa, sobredeterminação, determinação em última instância, aparelhos ideológicos do Estado - e gramscianos - hegemonia, bloco histórico, dominação *versus* direção, intelec-

tuais tradicionais e orgânicos – para as novas abordagens e perspectivas da história política.

Nesta tendência, o método comparativo, retomado dos estudos de Marc Bloch, tornou-se uma ferramenta eficaz para as abordagens no campo da história das relações internacionais.

Assim, o método comparativo constituiu-se em uma forma de ruptura com as análises ainda muito presas ao nacionalismo da história política tradicional, pois, conforme Cardoso e Brignoli (2002, p. 412),

Uma grande utilidade adicional do método comparativo está em que leva à ruptura com uma pesada herança da historiografia do século XIX: o quadro das fronteiras políticas como definição de unidades “naturais” de análises; a atitude comparativa abre vias à construção de universos de análises definidos segundo critérios conceituais bem mais coerentes.

Para que esta análise, segundo critérios conceituais mais coerentes, se produza, de acordo com Marc Bloch (1953), deve-se comparar tão somente o que é comparável, para que não se caia em excessivas generalizações. Dessa forma, Bloch (1993, p. 70) pôde fugir das comparações generalistas de James Fazer e definir que “não poderíamos esperar na Europa encontrar todas as instituições da Oceania”. Ou seja, não se pode, com a comparação, suprimir as realidades específicas de cada objeto de pesquisa a ser comparado.

No campo da história latino-americana, o método comparativo teve grande sucesso nos estudos realizados pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). No âmbito das relações entre Brasil e Argentina, interessam os estudos realizados pelo historiador argentino Gino Germani, na década de 1960, os quais, no entanto, não tiveram sequência. Também não houve muitos avanços nos estudos comparativos nas décadas seguintes, com exceção dos estudos de teóricos do populismo e os desenvolvidos por Alain Rouquié.⁴ Porém, esses

estudos acabavam pecando pelo excesso de generalizações, principalmente aqueles dos teóricos do populismo, devido às suas tentativas de enquadrar um conceito pré-estabelecido nos objetos a serem estudados. Dessa maneira, acabaram encobrendo as características peculiares das realidades estudadas.⁵

Recentemente, Boris Fausto e Fernando Devoto buscaram retomar a utilização do método comparativo, através do livro *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*.⁶ Em que pese o caráter ensaístico do livro, a opção por comparações, a partir de uma delimitação temporal muito longa, acabou fazendo com que os autores deixassem de lado as especificidades de cada período.

Portanto, no que diz respeito a estudos comparativos em períodos específicos que permitem, conforme Bloch, “buscar, para explicá-las, as semelhanças e diferenças que apresentam duas séries de naturezas análogas, tomadas de meios sociais distintos” (BLOCH apud CARDOSO; BRIGNOLI, 2002, p. 409), os avanços nas pesquisas de história política aplicada às relações internacionais ainda são lentos, devido às próprias dificuldades de aplicação do método comparativo. Ainda assim, há certa tendência para esse campo de estudos, com as recentes iniciativas desenvolvidas em projetos que visam a uma integração nos programas de pesquisa no âmbito do Mercosul.

Conforme Mörner (1994, p. 374-375), as dificuldades de aplicação do método comparativo de dão porque este método “*no tiene teoría propia, tampoco herramientas analíticas específicas*”, sendo “*más bien formas de acercamiento que nos permiten considerar un fenómeno histórico dentro de un contexto más amplio de donde emerge*”.

⁴ Ver Rouquié (1991, 1984).

⁵ Uma importante crítica aos teóricos do populismo e às comparações desenvolvidas em seus estudos é feita em Capelato (2001). Cabe ressaltar que, segundo Rouquié, em *O Extremo-Ocidente*, as generalizações são mais constantes que em *O Estado Militar na América Latina*, no qual o autor optou por comparar a realidade da inserção política da camada militar de modo geral, e por especificar situações peculiares de algumas nações latino-americanas.

⁶ Ver Fausto e Devoto (2004).

Estas dificuldades aumentam à medida que, na utilização do método comparativo nas análises de relações internacionais, não se pode perder de vista que “não há natureza, tampouco separação estanque entre o interior e o exterior, mas interações evidentes entre um e outro, com primazia reconhecida do primeiro sobre o segundo” (MILZA, 2003, p. 370).

Assim, buscando reconhecer esta não separação estanque entre o interior e o exterior, é que se define as políticas externas independentes, adotadas por Brasil e Argentina, ao longo da delimitação temporal definida, como parte de projetos de desenvolvimento mais amplos, que visavam à construção de um capitalismo autônomo. Dessa forma, as políticas externas independentes se inserem em uma estratégia nacional de superação do subdesenvolvimento, porém com princípios e objetivos comuns, que permitam sua aproximação.

Como a superação do subdesenvolvimento requeria profundas modificações na estrutura dos dois países, o que afetava tanto o interesse das elites nacionais como o interesse do imperialismo norte-americano, o enfrentamento político fora marcante neste processo. O mesmo pode ser verificado na pressão sobre as ações tomadas no âmbito das políticas externas independentes e na repercussão delas.

Para uma análise profícua desses enfrentamentos políticos, deve-se partir do entendimento de que eles, mesmo pressionados externamente, estavam sujeitos à dinâmica própria das realidades do Brasil e da Argentina, bem como, da especificidade de seus contextos históricos. Por isso, neste processo, buscar-se-á analisar, a partir da dialética interna, a luta de classes de ambos os países. Ao mesmo tempo, ao analisar a política externa independente de Brasil e Argentina diante da questão cubana, não se pode perder de vista que esta luta interna de classes se inseria também em uma luta mais ampla, de caráter continental, aprofundada pela Revolução Cubana. Isto

explica as pressões externas sofridas pelos dois países.

Dessa forma, trabalha-se com a hipótese de que a política externa independente do governo Frondizi, na Argentina, e a dos governos Jânio Quadros e João Goulart, no Brasil, posicionaram-se diante da questão cubana de forma conjunta, a partir dos princípios de não-intervenção e de autodeterminação dos povos, além da defesa do direito internacional, elementos comuns a ambos os países no que tange às suas relações internacionais.

3 Brasil e Argentina diante da questão Cubana

O momento histórico em que Brasil e Argentina vivenciaram, ao mesmo tempo, a experiência das políticas externas independentes dos governos do presidente argentino Arturo Frondizi e dos presidentes brasileiros Jânio Quadros e João Goulart constitui-se de um momento único nas relações internacionais entre esses dois países.

A experiência histórica anterior ao Pacto do ABC, proposto pela diplomacia de Rio Branco, em 1915,⁷ ou a tentativa de sua retomada, segundo a proposta do presidente argentino Juan Domingos Perón, em 1950⁸; as posteriores experiências de aproximação, na gestão do presidente argentino Raúl Alfonsín e na do presidente brasileiro José Sarney, nos anos 1980, quando os dois países viviam os dilemas da redemocratização, que culminou com assinatura, juntamente com Uruguai e Paraguai, em 1991, do Tratado de Assunção e a criação do Mercosul; ou a recente aproximação das políticas externas do governo brasileiro de Luiz Inácio Lula da Silva e dos governos de Néstor Kirchner e de Cristina Kirchner, na Argentina;⁹ nenhum desses momentos significou

⁷ O Pacto ABC foi parte da política externa adotada pelo Brasil na gestão de Rio Branco à frente do Ministério das Relações Internacionais, que visava a uma maior ingerência do país na América do Sul. Dessa forma, houve uma aproximação entre as diplomacias de Argentina, Brasil e Chile, cuja culminância foi a assinatura do Tratado do ABC em 1915. Ver: Cerro e Bueno (2002, p. 195-196) e Rapoport e Madrid (1998).

⁸ Sobre a proposta de Perón, ver Hilton (1987).

⁹ Ver Sallum (2004).

tamanha afinidade e unidade de princípios e ações no contexto internacional entre Brasil e Argentina.

Esta aproximação começou antes mesmo de o Brasil adotar a sua política externa independente. As raízes desse contexto de aproximação entre os dois países devem ser buscadas em 1958, quando o governo de Juscelino Kubitschek retomou o papel ativo da diplomacia brasileira no cenário regional, com a proposta da Operação Pan-Americana, tendo encontrado no recém eleito presidente argentino, Arturo Frondizi, um aliado incondicional. A partir da Operação Pan-Americana, conforme Camilión (1969, p. 37), “as linhas da diplomacia argentina e brasileira começaram a aproximar-se de maneira nova e frutífera”. Brasil e Argentina perceberam que, do outro lado da fronteira, nas palavras do presidente Frondizi (apud INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1958, p. 237), “não está um inimigo que nos vai atacar, mas sim um irmão que nos proteja os flancos”.

Essa proximidade entre os presidentes Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi era também uma proximidade de projetos de desenvolvimento. Tanto o nacional-desenvolvimentismo brasileiro quanto o *desarrollismo* argentino partiam da mesma concepção de superação do atraso econômico. A partir da industrialização, com os capitais estrangeiros sendo colocados a serviço dessa estratégia.¹⁰

A aproximação inicial foi aprofundada com a posse do presidente Jânio Quadros no Brasil. O novo governo lançou a política externa independente brasileira, a partir da qual o papel das relações com a Argentina era definido como fundamental para uma inserção soberana do país no cenário internacional. Ao mesmo tempo, a política externa *desarrollista* argentina destacava, cada vez mais, seu aspecto independente. O auge

da aproximação foi o Encontro de Uruguaiana, cuja declaração final consistia na afirmação dos pontos comuns das políticas externas independentes de Brasil e Argentina.¹¹

Com base no método comparativo, pode-se definir que os pontos em comum entre a políticas externas independentes brasileira e argentina consistiam no princípio de autodeterminação dos povos e no de não-intervenção, no desenvolvimentismo, na universalização das relações comerciais, na crítica à deterioração dos termos de troca, no desejo de industrialização e na busca da integração latino-americana. Ainda cabe ressaltar que o caráter independente das políticas externas de Brasil e Argentina não significou neutralidade, conforme a definição proposta pela Conferência de Bandung. Ambos os países se definiam como pertencentes ao bloco ocidental, porém, nem restringiam suas relações com os países pertencentes a este bloco, nem entendiam o alinhamento automático aos Estados Unidos como condição *sine qua non* para fazer parte do mesmo. A política externa independente, no entender de Brasil e Argentina, significava, portanto, independência, dentro dos marcos definidos pela Guerra Fria.¹²

No que diz respeito às particularidades dos processos históricos de cada um dos países e à sua relação com a adoção da política externa independente, a política externa brasileira representou um avanço em relação às experiências anteriores. Tais experiências haviam sido marcadas pela barganha nacionalista adotada pelo governo de Getúlio Vargas, em todas as suas fases, e pelo governo de Juscelino Kubitschek, a partir de 1958. Ao mesmo tempo, a inserção independente do Brasil no cenário internacional respondia às necessidades produzidas pelo processo de transformação que o país vinha vivendo ao longo do pós-Guerra e que

¹⁰ Para Amado Luiz Cervo, as experiências do nacional-desenvolvimentismo no Brasil e do *desarrollismo* na Argentina são parte do novo paradigma desenvolvimentista adotado pela política externa dos países latino-americanos a partir da década de 1930. Ver Cervo (2007).

¹¹ Sobre o Encontro de Uruguaiana, ver: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (1961). Os documentos firmados são encontrados também nessa referência.

¹² Referências básicas para as pesquisas sobre as políticas externas independentes do Brasil e da Argentina ao longo deste período são: Dantas (1962), Frondizi (1958, 1979) e Quadros (1961).

fora aprofundado pelo forte crescimento industrial do período de Kubitschek. Como consequência deste crescimento, a urbanização e o incremento do mercado interno geraram a necessidade de ampliação das relações comerciais do Brasil.

Este processo só poderia ser visto com a diversificação de suas relações internacionais, uma vez que a recuperação europeia, o crescimento econômico do Japão, da China e dos países do leste-europeu, bem como a descolonização da África e da Ásia abriam novas possibilidades de mercado.

No governo João Goulart, a política externa independente pode ser associada ao programa das Reformas de Base, um conjunto de reformas na estrutura do país, com o objetivo de fortalecer o capitalismo nacional.¹³

Em relação à Argentina, a política externa independente pode ser considerada uma síntese do choque entre os modelos anteriores de inserção internacional. Nas primeiras décadas do século XX, a Argentina experimentou significativo crescimento econômico, através do modelo agroexportador de desenvolvimento. Este modelo impunha ao país uma inserção dependente no cenário internacional, sobretudo da Inglaterra.¹⁴ A crise de 1929 e a consequente crise econômica inglesa levaram à ruptura deste modelo. Em substituição, o presidente Juan Domingos Perón adotou a Terceira Posição, baseada na opção pelos preceitos nacionalistas como base para a inserção internacional argentina. A Terceira Posição peronista acabou gerando o isolamento do país no imediato pós-Guerra e deu lugar, então, à Revolução Libertadora de 1955, que adotou o alinhamento automático com os Estados Unidos, seguindo o modelo da Guerra Fria.¹⁵

A política externa independente adotada pelo governo Frondizi representou a

tentativa de construção de uma terceira via entre a Terceira Posição e o alinhamento automático, tendo como base o *desarrollismo*, que também era uma tentativa de constituição de uma terceira via entre o peronismo e o liberalismo conservador da Revolução Libertadora.¹⁶ Dessa forma, a política externa independente frondizista mantinha os preceitos de independência da Terceira Posição, abandonando o isolacionismo desta. Este abandono, por sua vez, não representava a adoção do alinhamento automático com os Estados Unidos, preconizado pela Revolução Libertadora, mas a adoção de uma postura universalista, de diálogo com todas as nações, mantendo-se, porém, dentro do bloco ocidental.

No âmbito continental, a coerência das políticas externas independentes e a aproximação entre Brasil e Argentina tiveram como teste fundamental a questão cubana, surgida da ascensão ao poder dos revolucionários liderados por Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, em Cuba.

A Revolução Cubana pode ser vista a partir de duas dimensões: uma correspondente à realidade interna da ilha caribenha; outra correspondente ao próprio avanço do nacionalismo e do antiamericanismo latino-americano ao longo da década de 1950. Em seu contexto interno, a revolução representava uma reação à ditadura estabelecida por Fulgêncio Batista, que transformou Cuba em um grande cassino para os estrangeiros, sobretudo os norte-americanos, enquanto a maioria da população do país vivia na miséria. No contexto internacional, a Revolução Cubana pode ser considerada o clímax de uma década marcada por governos nacionalistas, como o de Getúlio Vargas no Brasil, de Juan Domingos Perón na Argentina, e de Jacobo Arbens na Guatemala. De certa forma, todos esses governos foram interrompidos por golpes ou tentativas de golpes conservadores, apoiados pelo governo norte-americano do presidente Dwight Eisenhower. Também se destacam como

¹³ As fases da política externa independente brasileira são destacadas por Vizenini (2004).

¹⁴ Sobre este período de crescimento da economia argentina e o processo de consolidação da classe dominante ver Sábato (1996).

¹⁵ Ver Paradiso (2005).

¹⁶ Esta posição é defendida por Gómez (2004).

manifestações deste avanço do nacionalismo e do antiamericanismo latino-americano a Revolução Boliviana de 1952 e as hostilidades ao vice-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, em sua passagem pela América Latina.

Nesse contexto, é que se insere a Revolução Cubana, como fruto da própria necessidade estabelecida pelo povo cubano de romper com uma estrutura que aliava o latifúndio com o imperialismo norte-americano, e não como fruto da intervenção comunista na América Latina. O avanço desta intervenção em direção ao socialismo, a partir da definição de seu caráter, para a revolução, em 1961, representou uma escolha própria e soberana de Cuba. Porém, preocupados com o rumo da revolução e com o fracasso de suas tentativas de derrubar o governo revolucionário de Fidel Castro, o governo dos Estados Unidos, tanto sob a presidência de Dwight Eisenhower, como, posteriormente, com a presidência de John Kennedy, procurou inserir a questão cubana nos marcos do sistema interamericano. Dessa forma, o governo norte-americano colocou Cuba em oposição ao sistema interamericano e, a partir desta definição, impôs sanções e, até mesmo, intervenções militares na ilha caribenha.

Diante dessa realidade, a questão cubana passou a ser pauta constante nos fóruns da Organização dos Estados Americanos, o que forçava os países latino-americanos a tomarem uma posição em relação ao governo de Fidel Castro. No que diz respeito a Brasil e Argentina, a questão cubana transformou-se em um desafio para a aproximação e a independência destes países. Ao mesmo tempo, a questão inseriu a própria dinâmica da luta de classes interna a ambos na dinâmica de luta de classes latino-americanas, a qual se polarizou nas posições pró e contra Cuba.

Na Argentina, o governo Frondizi viu-se ainda mais ameaçado pelo golpismo da extrema direita *gorillista*, setor militar que procurava impor tutela sobre as ações do presidente. No Brasil, a questão cubana aguçou ainda mais os brios do liberalismo con-

servador, o qual, desde o governo do presidente Getúlio Vargas, ensaiava constantes tentativas de golpe de Estado. Ao mesmo tempo, os governos do Brasil e da Argentina sofreram forte pressão dos Estados Unidos para que abandonassem a política externa independente ou alguns de seus princípios fundamentais em nome da luta continental contra o comunismo.¹⁷

Mesmo diante dessa pressão, tanto o governo Arturo Frondizi como os governos de Jânio Quadros e João Goulart mantiveram suas posições independentes, reafirmando, a todo momento, os princípios de não-intervenção e de autodeterminação dos povos bem como a defesa do direito internacional, com destaque para o mais tenso destes momentos, a VIII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos, realizada em Punta del Este, no Uruguai, entre os dias 23 e 30 janeiro de 1962.¹⁸

Também se faz necessário destacar as importantes contribuições do chanceler brasileiro, San Tiago Dantas, na apresentação da proposta de “finlandização de Cuba”, a qual visava estabelecer um estatuto de relações entre Cuba e os demais países do hemisfério.¹⁹ A proposta visava à transformação da ilha caribenha em “Estado neutro, a partir de um ‘tratado de obrigações negativas’”.²⁰ A contribuição do chanceler argentino, Miguel Angel Cárcano, também foi importante, por formular a posição de defesa do direito interamericano, em contraposição ao rompimento de relações diplomáticas ou à exclusão de Cuba da OEA.

A posição assumida na VIII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Ex-

¹⁷ Ver Bandeira (1998).

¹⁸ A íntegra das resoluções encontra-se na Ata da VIII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores da OEA e também em uma versão em português publicada na *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 17, de 1962. Ver Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (1962).

¹⁹ No imediato pós-Guerra, diante da instabilidade política vivida, a Finlândia estabeleceu um acordo de amizade, cooperação e assistência mútua com a URSS, o qual fez do país uma espécie de tampão entre o bloco socialista e o bloco capitalista na Europa.

²⁰ Neto (2005, p. 139).

teriores da Organização dos Estados Americanos (OEA) foi o último ato conjunto das políticas externas independentes de Brasil e Argentina. Diante da proposta de expulsão de Cuba da OEA, os governos de Brasil e Argentina, juntamente com Bolívia, Chile, Equador e México, mantiveram uma posição de abstenção, a qual pode ser entendida, conforme o direito internacional, como uma atitude de contrariedade. Acabaram derrotados, porém este momento representou o ápice de suas políticas externas independentes.

Posteriormente, a derrubada do presidente Frondizi, em 29 de março de 1962 e a retomada do alinhamento automático com os Estados Unidos, pelo governo de José Maria Guido, significaram uma ruptura da unidade de posições entre os dois países, que pode ser vista no episódio da Crise dos Mísseis. A derrubada do governo de João Goulart, em 31 de março de 1964, e a adoção do alinhamento automático com os Estados Unidos, pela ditadura civil-militar brasileira, trouxeram, novamente, ao cenário do Cone Sul, a rivalidade e as disputas hegemônicas que geraram um distanciamento ainda maior entre Brasil e Argentina.

Porém, em que pese este distanciamento, as políticas externas independentes deixaram raízes profundas na diplomacia de ambos os países, sendo retomados alguns de seus preceitos pelos governos dos presidentes Arturo Illía, Leopoldo Galtieri, Raul Alfonsín, Néstor Kirchner e Cristina Kirchner, na Argentina; e dos presidentes Arthur Costa e Silva, Ernesto Geisel, José Sarney e Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil.²¹

4 Referências bibliográficas

BANDEIRA, L. A. M. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

²¹ Arturo Illía governou a Argentina entre 1963 e 1966; o general Leopoldo Galtieri entre 1981 e 1982; Raúl Alfonsín de 1983 e 1989; Nestor Kirchner de 2003 a 2007; Cristina Kirchner é a atual presidente, desde 2007. No Brasil, o general Costa e Silva governou de 1967 a 1969; José Sarney entre 1985 e 1990; Luiz Inácio Lula da Silva de 2002 a 2010.

BLOCH, M. **Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio**, França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BLOCH, M. *Toward a Comparative History of European Societies*. In: LANE, F.; RIEMERSMA, J. C. (org.). **Enterprise and secular change: readings in economic history**. London: Hardcover, 1953.

CAMILIÓN, O. H. As relações entre o Brasil e a Argentina no mundo atual. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, ano 12, n. 45-46, mar./jun. 1969.

CAPELATO, M. H. R. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, J. (org.). **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARDOSO, C. F.; BRIGNOLI, H. P. **Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história**. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal Editora, 2002.

CERVO, A. L. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

DANTAS, S. T. **Política externa independente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

DOSSE, F. **A história em migalhas: dos "Annales" à "Nova História"**. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

FALCON, F. História e poder. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAUSTO, B.; DEVOTO, F. J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004.

FONTANA, J. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru: EDUSC, 1998.

FRONDIZI, A. **A luta antiimperialista: etapa fundamental do processo democrático na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1958.

FRONDIZI, A. **Mensajes presidenciales: 1958-1962**. Tomo 2: 1 Enero 1959-31 Diciembre 1959. Buenos Aires: Centro de Estudios Nacionales, 1979.

GÓMEZ, A. **Arturo Frondizi: el último estadista. La vigencia de un proyecto de desarrollo**. Buenos Aires: Ediciones Lumieri, 2004.

HILTON, S. Brasil-Argentina. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro: ano 30, n. 119-120, jul./dez. 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Resoluções da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 17. mar. 1962.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Encontro entre os presidentes do Brasil e da Argentina. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 14, jul. 1961.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Instrumentos firmados entre o Brasil e a Argentina. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 14, jul. 1961.

MILZA, P. Política interna e política externa. In: RÉMOND, R. (Org.). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MÖRNER, M. En torno al uso de la comparación en el análisis histórico de América Latina. In: **Jahrbuch für Geschichte von staak wirtschapt und gesellschaft lateinamerinkas**, n. 31. Berlin: Humboldt-Universität zu Berlin, 1994.

NETO, H. F. A política externa independente e, ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, ano 48, n. 2, 2005. p. 139.

PARADISO, J. **Um lugar no mundo: a Argentina e a busca de identidade internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

QUADROS, J. Nova Política Externa do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 16, dez. 1961.

RAPOPORT, M.; MADRID, E. Os países do Cone Sul e as grandes potências. In: CERVO, A. L.; RAPOPORT, M. **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1998.

RÉMOND, R. (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROUQUIÉ, A. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

ROUQUIÉ, A. **O Extremo-Ocidente: a introdução à América Latina**. São Paulo: EDUSP, 1991.

SÁBATO, J. F. **La clase dominante en la Argentina moderna: formación e características**. 2. ed. Buenos Aires: CISEA/Image Mundi, 1996.

SALLUM JR, B. (org.) **Brasil e Argentina hoje: política e economia**. Bauru: EDUSC, 2004.

SILVA, R. F. da. **História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia**. Bauru, EDUSC, 2001.

VIZENTINI, P. F. **Relações exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente**. Petrópolis: Vozes, 2004.